



COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS

Bruxelas, 10.11.2004
COM(2004) 748 final

**COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO, AO PARLAMENTO
EUROPEU, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU, AO COMITÉ DAS
REGIÕES E AO BANCO CENTRAL EUROPEU**

**Primeiro relatório sobre os preparativos práticos para
o futuro alargamento da zona do euro**

{SEC(2004) 1383}

1. INTRODUÇÃO

A introdução a prazo da moeda única constituirá um momento histórico para todos os Estados-Membros no momento da sua futura adesão à zona do euro, como foi o caso para os países que integram actualmente essa zona. Os novos Estados-Membros aderiram à União Europeia enquanto “Estados-Membros que beneficiam de uma derrogação”¹ por força do artigo 4.º do Tratado de Adesão. A adopção a prazo da moeda única faz parte das exigências previstas pelo Tratado e os novos Estados-Membros introduzirão, por conseguinte, o euro assim que tiverem preenchido as condições requeridas. Um grande número desses países manifestou o seu desejo de entrar na zona do euro assim que possível, tendo vindo, por conseguinte, a envidar esforços para preencher os critérios de entrada, nomeadamente os critérios de convergência de “Maastricht”, que se destinam a garantir uma convergência económica duradoura de todos os futuros aderentes à zona do euro. Os preparativos práticos para o introdução do euro demoraram quase seis anos nos países que integram actualmente a zona do euro. Consequentemente, os novos Estados-Membros devem começar já os seus preparativos, a fim de estarem preparados a tempo e assegurarem uma passagem para o euro harmoniosa.

1.1 Passos para a adopção do euro

O grau de observância pelos diferentes países dos requisitos estabelecidos no Tratado para a adopção do euro é avaliado pela Comissão e pelo BCE nos seus relatórios de convergência regulares². O n.º 2 do artigo 122.º do Tratado estabelece que o Conselho, sob proposta da Comissão, decidirá quais são os Estados-Membros que preenchem as condições necessárias e revogará as derrogações dos Estados-Membros em causa. Além disso, o Conselho fixará a data em que cada um desses Estados-Membros aderirá à zona do euro e determinará a taxa de conversão fixa e irrevogável entre a moeda nacional do respectivo Estado-Membro e o euro. À data de adopção do euro, a taxa de conversão torna-se efectiva, deixando de existir a antiga moeda nacional, e a responsabilidade em matéria de política monetária é transferida para o BCE. Foi o que aconteceu em 1 de Janeiro de 1999 em relação aos onze primeiros países a entrarem na zona do euro e em 1 de Janeiro de 2001 relativamente à Grécia.

Por razões práticas e logísticas, os países da actual zona do euro previram um período transitório de três anos (um ano apenas no caso da Grécia) entre a adopção do euro enquanto moeda (1999, relativamente a onze países, e 2001, relativamente à Grécia) e a entrada em circulação das notas e moedas em euros. A principal solução alternativa consiste num cenário do tipo “big bang”, que faz coincidir a adesão à zona do euro com a entrada em circulação do euro fiduciário. Esta abordagem apresenta algumas vantagens, nomeadamente num momento em que as notas e moedas em euros já existem. O principal inconveniente consiste em limitar

¹ Em relação à adopção do euro, a Dinamarca e o Reino Unido têm um estatuto especial de “não participantes”. Os dez novos Estados-Membros e a Suécia são Estados-Membros que beneficiam de uma derrogação. O referendo realizado na Suécia em 14 de Setembro de 2003 revelou que a maioria da população era desfavorável à adesão à zona do euro.

² Os últimos relatórios de convergência, publicados em 20 de Outubro de 2004, concluíram que nenhum dos onze Estados-Membros que beneficiam de uma derrogação preenchia todos os critérios necessários (isto é, finanças públicas sustentáveis, estabilidade de preços, uma taxa de câmbio estável *durante o período requerido para o efeito* e taxas de juro a longo prazo de um certo nível). Tendo em conta as conclusões do seu relatório de convergência, a Comissão decidiu não apresentar uma proposta de revogação das derrogações.

o tempo de que dispõem os sectores público e privado e os cidadãos em geral para se prepararem para a passagem para o euro. A introdução das notas e moedas em euros é seguida de um período de circulação dupla, durante o qual as notas e moedas denominadas em euros e em moeda nacional têm ambas curso legal. O mais frequente é que sejam as autoridades nacionais a decidirem a duração deste período, que é em geral breve (no máximo, dois meses).

1.2 Objectivo do relatório

Uma entrada com êxito na zona do euro exige não só o preenchimento dos critérios estabelecidos no Tratado, mas também a realização de preparativos práticos exaustivos, cuidadosamente programados, associando os sectores público e privado e o público em geral. A Comissão apresentará regularmente relatórios, pelo menos uma vez por ano ou sempre que tal se justificar em razão de acontecimentos específicos, sobre o estado de adiantamento dos preparativos. A presente comunicação constitui o primeiro desses relatórios. Contrariamente aos relatórios de convergência, o presente relatório não decorre de qualquer obrigação jurídica ou de outro tipo, mas sim da intenção da Comissão de manter todas as partes envolvidas, em especial as instituições comunitárias e os Estados-Membros, assim como o público interessado e os meios de comunicação social, adequadamente informados acerca dos progressos obtidos neste importante domínio. Em termos de calendário e de frequência de publicação, os relatórios da Comissão sobre os preparativos práticos não estarão, por conseguinte, ligados aos relatórios de convergência.

O quadro geral e os principais elementos da passagem para a nova moeda são geralmente fixados num “cenário de passagem”, que um grande número de países interessados está actualmente a elaborar. No que diz respeito à Suécia, realizou-se em 14 de Setembro de 2003 um referendo, que indicou que a maioria da população era desfavorável à adesão ao euro. O resultado do referendo suspendeu de facto os preparativos práticos nesse país.

2. PROJECTOS ACTUAIS RELATIVOS À ADOPÇÃO DO EURO

Em 28 de Junho de 2004, aderiram ao MTC-II três países que beneficiam de uma derrogação (Estónia, Lituânia e Eslovénia) e que manifestaram o desejo de entrar na zona do euro assim que possível (2007). A maioria adoptou programas nacionais de passagem para o euro e nomeou coordenadores nacionais desse processo. Em geral, estes países privilegiam uma passagem para o euro numa só etapa (cenário do tipo “big bang”), por forma a que as notas e moedas em euros passem a ter curso legal no dia de entrada na zona do euro. O processo de selecção dos desenhos incluídos nas faces nacionais das moedas em euros está já em andamento ou já terminou.

Na maior parte dos outros países, as intenções e projectos oficiais estão a ser concretizados progressivamente. São diversos os países que prevêem a entrada na zona do euro posteriormente, no final da década, ainda que esta decisão dependa, obviamente, do seu grau de conformidade com os critérios de convergência.

O grau de preparação é sintetizado no quadro abaixo apresentado, que em geral se baseia na informação tornada pública pelas autoridades nacionais responsáveis e que tem como objectivo ilustrar as decisões e posições nacionais relativamente às questões relevantes. Os Estados-Membros são enumerados segundo a ordem estabelecida no Tratado.

<i>PAÍS</i>	<i>COORDENADOR NACIONAL</i>	<i>PROGRAMA NACIONAL DE PASSAGEM OU CENÁRIO SEMELHANTE</i>	<i>ADESÃO AO MTC-II</i>	<i>DATA PREVISTA DE ADOÇÃO DO EURO</i>	<i>BIG BANG OU PERÍODO TRANSITÓRIO</i>	<i>MOEDAS DE EUROS</i>
República Checa		Estratégia de adopção do euro da República Checa (aprovada pelo Governo em Outubro de 2003)		2009-10		Concurso em apreciação
Estónia	Comissão de Ministros (que inclui o Governador do Banco Central)	Declaração conjunta do Governo da Estónia e do Banco da Estónia de 16 de Janeiro de 2004	28.6.2004	Meados de 2006		Concurso lançado em Junho de 2004, a escolha final deverá realizar-se em Dezembro de 2004 ³
Chipre	Está em estudo a coordenação conjunta pelo Ministro das Finanças e pelo Governador do Banco Central de Chipre	Foi elaborado um quadro preliminar	O Conselho de Ministros decidiu recentemente e apresentar uma candidatura o mais brevemente possível	2007	Big bang	Data para o lançamento do concurso a fixar
Letónia	Grupo de trabalho da passagem para o euro junto do Banco da Letónia, consultas entre o Ministério das Finanças e o Banco Central	Programa preliminar de passagem para o euro		1.1.2008	Big bang	Concurso lançado
Lituânia	Grupo de trabalho junto do Banco da Lituânia para a elaboração do plano de passagem para o euro	Preparação do esboço do plano de passagem para o euro até Dezembro de 2004, assim como do quadro estratégico	28.6.2004	1.1.2007 (data indicativa)	Big bang Dupla circulação durante 2-3 semanas	Fase final do concurso para a criação dos modelos em gesso

³ Até 19 de Outubro de 2004, data de encerramento do concurso, foram apresentados 134 desenhos. O painel de peritos escolherá os dez melhores desenhos em meados de Novembro e a escolha final será realizada em Dezembro de 2004, por meio de votação telefónica a nível nacional.

		para a coordenação do projecto				
Hungria	Em relação à data prevista de 2010, já começou o trabalho preparatório no Ministério das Finanças e no Magyar Nemzeti Bank (Banco Central da Hungria)			2010		
Malta	Deve ainda ser designado oficialmente um organismo de coordenação encarregado de conduzir o processo. Estão a realizar-se consultas entre o Ministério das Finanças e Banco Central	Está a ser elaborado um plano preliminar de passagem para o euro pelo Ministério das Finanças e pelo Banco Central		2008	Ainda a determinar	Plano de implementação relativo a todo o processo desde a fase de concurso até à fase de cunhagem efectiva
Polónia	Grupo de trabalho interinstitucional do Ministério das Finanças e do Banco Nacional da Polónia			2009	Ainda a determinar	Sondagem à opinião pública
Eslovénia	Organismo de coordenação (Ministério das Finanças, Banco Central e outros ministérios e organismos)	Programa de adesão ao MTCE-II e de adopção do euro (aprovado pelo Governo e pelo Conselho de Administração do Banco da Eslovénia em Novembro de 2003) Planos directores sectoriais	28.6.2004	1.1.2007	Big bang (dupla circulação: 2 semanas)	Concurso lançado
Eslováquia	Ministério das Finanças	Especificação da estratégia de adopção do euro na Eslováquia aprovada pelo Governo em Setembro de 2004. Programa		1.1.2008 /2009	Big bang	Concurso lançado

		nacional de passagem para o euro a aprovar até meados de 2005				
--	--	--	--	--	--	--

3. ADESÃO À ZONA DO EURO PASSADA E FUTURA: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS

As adesões futuras dos novos Estados-Membros à zona do euro apresentarão alguns pontos em comum com as adesões anteriores e beneficiarão, além disso, dos ensinamentos obtidos no passado. No entanto, sublinham-se algumas diferenças mais significativas.

3.1 Ensinamentos retirados com a passagem para o euro anterior

Se a primeira passagem para o euro foi um grande sucesso, vários pontos podem ser melhorados. Os principais ensinamentos que se podem retirar da primeira vaga de adesões são os seguintes:

- (i) Vale a pena proceder a uma preparação cuidadosa e pró-activa. Os países que investiram em preparativos precoces e minuciosos viram os seus esforços recompensados, em termos de rapidez da passagem para o euro, de aceitação da nova moeda pelo público e de fluidez da transição. O investimento na comunicação e na informação foi igualmente recompensador.

Trata-se do principal ensinamento a retirar da primeira passagem para o euro e permite explicar por que razão a Comissão e os países da próxima vaga começaram já a debruçar-se sobre os preparativos práticos.

Os resultados da última sondagem Eurobarómetro (secção 4) confirmam que a divulgação de informações precisas e actualizadas continua a ser tão importante como no passado. Uma falta de informação poderia dar lugar a reacções de receio, ou mesmo de hostilidade, que poderiam ser facilmente evitadas.

- (ii) O período transitório de três anos foi demasiado longo. A dinâmica perdeu-se após 1999 e os poderes públicos tiveram de renovar os seus esforços para convencerem (de novo) as empresas e os cidadãos a prepararem-se a tempo para a passagem para o euro fiduciário. Além disso, a utilização do euro “escritural” manteve-se bastante limitada durante o período de transição.

Por várias razões, explicadas no ponto 3.2 e essencialmente ligadas à necessidade de trocar rapidamente as notas e moedas, não seria aconselhável prever um longo período de transição para os países que vierem a entrar na zona do euro. Todavia, em relação a alguns processos, tais como a adaptação dos sistemas informáticos nos sectores público e privado, os prazos serão tão longos quanto o foram para os países da zona do euro inicial. Consequentemente, visto que a passagem para o euro propriamente dita será mais breve, os preparativos deverão começar mais cedo.

No entanto, dado que os períodos de transição actualmente a serem ponderados pelos países envolvidos serão provavelmente mais breves, a complexidade ligada à utilização simultânea de duas unidades monetárias (o euro e a moeda nacional) será reduzida e a passagem para a moeda única será, consequentemente, mais simples de explicar e de compreender.

- (iii) As notas e moedas em euros deverão ser introduzidas rapidamente: uma introdução “gradual” das notas e moedas em euros será uma fonte de complicações para os cidadãos e para as empresas. Uma introdução rápida serve os interesses de todas as partes interessadas, na condição de ser cuidadosamente preparada. O mesmo se pode dizer relativamente ao período de dupla circulação, que deverá, de preferência, ser breve.

Tal como demonstrado pela passagem para o euro fiduciário nos países da actual zona do euro, uma introdução rápida das notas e moedas em euros deverá basear-se num aprovisionamento e subaprovisionamento prévios dos agentes económicos em larga escala, na adaptação imediata de todos os caixas automáticos, na obrigação de os comerciantes darem o troco exclusivamente em euros e na possibilidade de os clientes e os não clientes de bancos trocarem gratuitamente a moeda nacional por euros.

A este respeito, deve sublinhar-se a importância dos pagamentos com cartão e dos pagamentos por via electrónica. Estes métodos de pagamento contribuem consideravelmente para uma transição harmoniosa, em especial no sector retalhista.

- (iv) A retirada da moeda nacional deverá ser cuidadosamente preparada: aquando da primeira passagem para o euro, prestou-se provavelmente demasiada atenção à entrada em circulação das notas e moedas em euros, subestimando-se as consequências do afluxo maciço de antigas notas e moedas. Em especial, as medidas logísticas destinadas a fazer face às enormes quantidades de moedas metálicas restituídas nem sempre foram adoptadas a tempo, o que por vezes deu origem a atrasos significativos no envio, tratamento e contagem das moedas, bem como no crédito das contas.
- (v) Devem ser tomadas medidas para evitar qualquer impacto sobre os preços. Este problema merece uma atenção especial, porque é de difícil resolução e assenta frequentemente em ideias falsas que não podem ser facilmente corrigidas. É melhor prevenir que remediar.

Os resultados da sondagem Eurobarómetro mostram claramente que os cidadãos estão já fortemente sensibilizados para esse problema. 71% das pessoas interrogadas (média para todos os novos Estados-Membros) declaram estar muito preocupados com os riscos de práticas irregulares e fraudulentas a nível dos preços por ocasião da passagem para o euro. No entanto, deve notar-se que existem diferenças sensíveis entre os países. Uma repartição por categoria sociodemográfica não permite tirar conclusões claras, com excepção do facto de as pessoas mais idosas recearem mais este problema do que os jovens.

As autoridades em causa deverão sem dúvida programar rigorosamente as medidas a tomar, a fim de assegurar a conversão correcta dos preços pelos comerciantes e retalhistas em geral, através, por exemplo, de acordos de estabilidade dos preços negociados com o sector do comércio retalhista e acompanhados de perto antes e depois da passagem para o euro, de preferência com a participação activa de associações de defesa dos consumidores e das associações profissionais do sector retalhista a nível nacional e europeu. As autoridades poderão igualmente obrigar os retalhistas a anunciarem publicamente o seu compromisso em efectuar uma conversão exacta dos preços, por exemplo, com o auxílio de autocolantes ou da

afixação de sinais e poderão também encorajar activamente a dupla afixação de preços durante um certo período, antes e depois da introdução das notas e moedas em euros. Estes dois meios reforçariam a credibilidade e permitiriam aos consumidores exercerem uma certa pressão sobre os retalhistas. Estas medidas deverão contribuir para atenuar os receios e promover uma transição harmoniosa.

- (vi) A transição “mental” demora muito mais tempo do que a transição física. Os resultados dos inquéritos realizados em Novembro de 2003 mostram que 30% dos respondentes pensam normalmente em termos de moeda nacional quando realizam as suas compras quotidianas, contra 46% das pessoas que pensam a maior parte das vezes em euros. Contudo, em relação a aquisições de grande valor (como, por exemplo, habitações ou automóveis), a maioria dos cidadãos da zona do euro continua normalmente a avaliar mentalmente os preços na moeda nacional (54%), enquanto uma pequena minoria (16%) os aprecia em euros.

3.2 Principais diferenças com a anterior passagem para o euro

Ainda que existam pontos comuns, é conveniente ter em conta o facto de os novos Estados-Membros apresentarem numerosas características e particularidades específicas. De uma forma geral, as principais diferenças face à passagem para o euro da primeira vaga serão as seguintes:

- (i) O futuro alargamento da zona do euro ocorrerá em diversas vagas sucessivas. É pouco provável que os candidatos adiram à zona do euro num só grupo. Prevê-se que alguns pequenos grupos de Estados-Membros (ou Estados-Membros a nível individual) venham a aderir à zona do euro num determinado ano.

Assim, a dinâmica colectiva da primeira vaga de Estados-Membros da zona do euro não terá a mesma intensidade e os futuros alargamentos da zona do euro terão uma visibilidade externa menor para fora dos países directamente envolvidos. Ao mesmo tempo, o facto de muitos países terem já adoptado a moeda única irá facilitar a passagem para o euro sob certos aspectos, tal como será a seguir ilustrado.

- (ii) As notas e moedas em euros já existem e a maior parte dos cidadãos dos novos Estados-Membros está já familiarizada com elas. Em certas lojas, principalmente nas zonas turísticas e nas zonas de fronteira, o euro já é utilizado e aceite como meio de pagamento. Este facto poderá reduzir a necessidade de operações de aprovisionamento prévio em larga escala em certos sectores. Alguns cidadãos e empresas poderão igualmente adquirir determinadas quantidades de numerário em euro no estrangeiro, em especial nas zonas fronteiriças com a zona do euro. Além disso, os cidadãos fora da zona do euro estão já autorizados a abrirem contas em euros nos seus bancos nacionais. Para aqueles que adoptaram esta opção, a transição para o euro já começou.

O último Eurobarómetro (secção 4) mostra dados interessantes sobre a experiência prática já adquirida pelos cidadãos dos dez novos Estados-Membros. Afigura-se que a maior parte destes (73%, em média) já viu notas de euros e que 66%, em média, já viu moedas de euro. Em alguns países, estes números atingem níveis extremamente elevados, como, por exemplo, na Eslovénia, onde 95% dos cidadãos que responderam ao inquérito já viram notas de euros e 87% já viram moedas de euros. Os dados relativos a Chipre elevam-se a 85% (notas) e 82% (moedas). As pessoas

estão menos familiarizadas com os símbolos monetários do euro na Letónia, embora também nesse país mais de metade da população já tenha visto notas (67%) ou moedas (55%) de euros.

Quando se trata da utilização de moedas e notas de euros, os valores são obviamente mais reduzidos, mas mesmo assim significativos: uma média de 49% da população total dos novos Estados-Membros já utilizou notas e 50% já utilizou moedas de euros. Também neste caso, alguns países estão mais à frente, como, por exemplo, a Eslovénia (81% e 79%, já utilizaram notas e moedas de euros, respectivamente) e Chipre (76% e 77%). Os valores mais baixos em termos de experiência de utilização de notas e moedas em euros dizem respeito à Lituânia (40% e 39%). Mas mais interessante é o facto de os resultados do Eurobarómetro mostrarem que 18% e 15%, respectivamente, das pessoas que responderam ao inquérito já utilizaram notas e moedas em euros no seu próprio país. Estes valores indicam claramente que o euro já é utilizado informalmente para certas operações. Em países como a Letónia, a Lituânia e a Polónia, os valores elevam-se a um nível significativamente mais elevado (34%, 31% e 28%, respectivamente, para as notas, e 27%, 20% e 24%, para as moedas, em euros).

- (iii) Prevê-se que a transição da moeda nacional para o euro seja muito mais rápida. Muitos países estão a ponderar uma abordagem do tipo “big bang”, fazendo coincidir a data de entrada na zona do euro com a data da introdução (oficial) das notas e moedas em euros. A maioria dos novos Estados-membros (CZ, EE, LV, LT, PL, SI e SK) realizou em anos recentes uma conversão da sua moeda, tendo assim obtido uma experiência valiosa no processo.

A existência e a grande disponibilidade de notas e moedas em euros desempenha igualmente um papel importante nesta abordagem. Alguns dos elementos que se revelaram de grande importância para o êxito da primeira passagem irão, por conseguinte, desempenhar um papel menos importante no futuro. As notas e moedas em euros podem ser facilmente adquiridas antes da sua introdução oficial no país e alguns cidadãos e empresas podem optar por se preparar para esta transição com uma antecedência significativa. O aprovisionamento e subaprovisionamento prévios dos agentes económicos⁴ irá provavelmente desempenhar também desta vez um papel importante, assegurando uma transição rápida, garantindo a disponibilização de quantidades suficientes de notas e moedas em euros no Dia €. O aprovisionamento prévio dos cidadãos com determinadas quantidades de notas de pequena denominação, bem como em moedas é também uma hipótese a conceber.

Os futuros países aderentes à zona do euro terão um interesse especial em prever um período de transição o mais breve possível, uma vez que, a não ser assim, os países podem eventualmente deparar-se com um período de dupla circulação informal em certos sectores, durante o qual o euro poderá ser activamente utilizado pelos cidadãos e retalhistas antes de ter curso legal.

⁴ O aprovisionamento prévio diz respeito ao fornecimento de quantidades suficientes de notas e moedas em euros aos bancos antes de as notas e moedas em euros adquirirem curso legal, isto é, antes do Dia €. O subaprovisionamento prévio diz respeito ao mesmo tipo de operação, mediante a qual os bancos aprovisionados fornecem aos retalhistas e outras empresas quantidades suficientes de notas e moedas em euros por forma a que estes possam começar a operar directamente na nova moeda a partir do primeiro dia.

- (iv) A dimensão e o âmbito das necessárias adaptações a realizar em certas áreas será diferente das primeiras transições para a zona do euro. Por exemplo, o número de ATM *per capita* é mais baixo do que na zona do euro, embora bastante significativo. As ATM ajudam a acelerar a introdução inicial das notas em euros na economia. A experiência passada demonstra que uma grande parte das notas em euros foi colocada em circulação através dos caixas automáticos, nomeadamente devido à sua disponibilidade a todas as horas do dia, em especial quando as agências bancárias estão encerradas. O elevado número de agências bancárias e de estações de correio *per capita* (mais ou menos semelhante na maior parte dos países à média dos países da zona do euro) irá de qualquer modo atenuar o impacto do baixo número de ATM, uma vez que irá contribuir para que os cidadãos adquiram os necessários montantes de notas e moedas em euros nos primeiros momentos do processo de transição. Poderão ser previstas medidas especiais, tais como horários de abertura mais longos, aberturas ao fim-de-semana, etc.

O número de terminais de pontos de venda (POS) é relativamente reduzido em comparação com a média da zona do euro, nomeadamente em razão da utilização intensiva de numerário em muitos dos novos Estados-Membros (ver a seguir). A disponibilidade mais reduzida de sistemas electrónicos e/ou de pagamento electrónico constitui um obstáculo, na medida em que estes sistemas são a principal alternativa ao numerário e na medida em que, em geral, estes sistemas de pagamento adaptam-se com facilidade. Apesar de o número de cartões de pagamento (tanto de débito como de crédito) *per capita* nos novos Estados-Membros ser mais reduzido do que na zona do euro, é, mesmo assim, significativo em termos relativos (em especial, os cartões de débito). Na prática, os cartões são principalmente utilizados para retirar numerário das ATM. Assim, existe uma margem significativa para alargar as redes nacionais de POS, atenuando desta forma a pressão sobre a passagem para as notas e moedas de euros.

Os dados estatísticos confirmam que as notas e moedas desempenham um papel dominante como meios de pagamento na maior parte dos novos Estados-Membros, embora o montante total *per capita* de notas e moedas em circulação seja mais baixo do que na zona do euro. Por exemplo, em alguns dos novos Estados-Membros, muitos trabalhadores e pensionistas continuam a receber os seus salários e pensões em numerário. Tal como acima explicado, o importante papel desempenhado pelo numerário constitui uma desvantagem para todas as partes envolvidas (bancos, retalhistas, consumidores, etc.) e irá exigir uma preparação intensiva a nível da passagem para as notas e moedas em euros.

Por último, a conversão de máquinas de venda automática não deverá causar problemas significativos. Actualmente o número dessas máquinas é ainda relativamente limitado. A Hungria parece ser o país com o maior número de máquinas (22.000), em comparação com o número total de dois milhões na zona do euro. Além disso, em contraste com a situação aquando da primeira passagem, existe uma grande disponibilidade de moedas em euros e os operadores não serão confrontados, por conseguinte, com quaisquer restrições especiais relativamente aos testes e adaptações dos validadores de moedas.

4. A ATITUDE DA OPINIÃO PÚBLICA FACE AO EURO NOS NOVOS ESTADOS-MEMBROS

O último inquérito Eurobarómetro à opinião pública dos novos Estados-Membros⁵, no que se refere à sua atitude e aos seus conhecimentos em relação à introdução do euro, foi realizado durante a primeira metade de Setembro de 2004 pela EOS Gallup, que entrevistou mais de 10.000 cidadãos.

4.1 A atitude geral face ao euro

O nível de interesse na introdução do euro é bastante reduzido, com apenas 50% das pessoas que responderam ao inquérito a declararem interesse e 48% a mostrarem-se desinteressadas. O resultado global nos novos Estados-Membros mostra que existe uma ligeira maioria de cidadãos que acredita que a introdução do euro terá consequências positivas (44%) a nível nacional, enquanto 41% acredita que terá consequências negativas. 40% dos inquiridos consideram que a introdução do euro é um facto positivo a nível pessoal, enquanto 45% acreditam que será negativo. Os cidadãos parecem ter opiniões contrastantes quanto à satisfação (42%) ou insatisfação (47%) com o facto de o euro ir substituir a sua moeda nacional.

No que se refere ao calendário para a adopção do euro, 19% das pessoas que responderam ao inquérito nestes dez países indicam que gostariam que o euro se tornasse a sua moeda o mais rapidamente possível, enquanto 36% respondem que o euro deverá ser adoptado após um certo tempo e uma maioria relativa (40%) acredita que o euro deveria ser adoptado o mais tarde possível. Contudo, os cidadãos parecem estar bem conscientes das vantagens práticas da introdução do euro, com 92% e 82%, respectivamente, a reconhecerem a sua conveniência para efeitos das viagens ao estrangeiro e para a aquisição de mercadorias e serviços na zona do euro, reconhecendo 77% que elimina a necessidade de câmbio de moeda na zona do euro. Além disso, a maioria das pessoas que responderam ao inquérito (54%) não acredita que a transição irá causar qualquer inconveniente significativo. Tal como acima indicado, uma maioria significativa teme eventuais práticas irregulares ou fraudulentas a nível dos preços durante o período de transição.

4.2 Os cidadãos querem ser mais bem informados

O conhecimento do público em geral nos novos Estados-Membros em relação ao euro e às condições para a sua adopção é ainda bastante reduzido. A maior parte das pessoas interrogadas (57%) não tem conhecimento que a adopção do euro é obrigatória para o seu país e não sabe quantos países integram já a zona do euro.

Quase metade das pessoas que responderam ao inquérito (48%) não se consideram bem informadas sobre o euro, mas gostariam de ser informadas adequadamente bastante antes da introdução da moeda única no seu país. 30% dos inquiridos indica que gostaria de ter informações tão rapidamente quanto possível, enquanto 24% prefeririam obter esta informação pelo menos alguns anos antes da introdução do euro. Como fontes de informações, a maioria das pessoas que responderam ao inquérito depositam mais confiança no seu Banco Central (63%), percentagem muito superior à de qualquer outra instituição (apenas 29% confiam no seu Governo e nas autoridades nacionais e regionais e 22% nas

⁵ Os estudos do Eurobarómetro estão disponíveis na seguinte página da Internet: http://europa.eu.int/comm/public_opinion/index_en.htm

instituições europeias). Os cidadãos destes Estados-membros preferem que as campanhas de informação sobre o euro se baseiem em anúncios televisivos (78%), seguidas de anúncios na rádio (66%) e de folhetos e brochuras (64%). A maior parte dos cidadãos desejam campanhas de informação que se centrem nas implicações práticas do euro (o seu salário, a sua conta bancária, etc.). A afixação de preços é vista como o instrumento mais importante para a preparação da população em relação à nova escala de valores.

4.3 Principais lições a retirar do inquérito

A introdução do euro nestes Estados-Membros constitui apenas uma etapa de entre as muitas que integram o processo de convergência de médio ou longo prazo. Em muitos países, a data exacta da adopção do euro não é ainda conhecida, o que pode ter um impacto sobre as respostas da população.

A repartição sociodemográfica dos resultados mostra que os homens, os jovens e as populações urbanas instruídas são muito mais favoráveis ao euro, em comparação com as mulheres, os mais idosos e as pessoas com habilitações literárias mais baixas e os que vivem nas zonas rurais.

Globalmente, a atitude geral dos cidadãos em relação ao euro parece ser contrastante. Estes resultados estão em consonância com os do Eurobarómetro de 1997, que também mostrou uma falta de sentimentos fortes em relação à moeda única nos países que formam agora a zona do euro: 47%, eram a favor do euro, enquanto 40%, eram contra. A este respeito deve observar-se que, tal como em certos países da zona do euro, uma parte da população está emocionalmente ligada à sua moeda nacional. As populações dos novos Estados-Membros mostram um claro desejo de dispor de mais informações em relação ao euro. Embora não tenham pressa em adoptá-lo, gostariam de estar preparadas bastante antes do período de transição. Serão, em geral necessárias importantes campanhas de informação para satisfazer esta procura.

5. CONCLUSÕES

O futuro alargamento da zona do euro irá verificar-se durante um certo número de anos, uma vez que se prevê que os futuros participantes aderirão à zona do euro numa base casuística. Na maior parte dos países, o cenário de passagem concebido prevê uma rápida transição da moeda nacional para o euro (ou seja, um cenário do tipo “big bang”). Ao mesmo tempo, este tipo de transição aumentará a pressão sobre as empresas e as instituições públicas e irá igualmente reforçar a necessidade de preparativos cuidadosos e atempados por parte de todos os intervenientes envolvidos (administrações públicas a todos os níveis, bancos, retalhistas e empresas em geral). O último inquérito Eurobarómetro mostra que o público considera essencial a disponibilização de informação muito antes da transição.

A Comissão irá continuar a acompanhar de perto a evolução dos preparativos práticos para a introdução do euro nestes diferentes países. A este respeito, a rede de administrações públicas (PAN-II), que reúne os diferentes representantes nacionais responsáveis por estes domínios, constitui um fórum essencial para a troca de pontos de vista e de informações. No domínio da informação e da comunicação, foi criado um grupo do mesmo tipo (DIR-COM) que permite que os diferentes directores de comunicação se reúnam regularmente.